

A mídia portuguesa e o retorno dos nacionaisⁱ

Carolina Peixoto

2011

Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global

Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia da Universidade de

Coimbra

*O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e
Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC, Nº 6, 2011.*

<http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n6/ensaios.php>

1. Introdução

Em 1974 Angola possuía a segunda maior população branca na África, superada apenas pela África do Sul. Na então colônia portuguesa, considerada a “jóia da coroa do império” porque dotada de imensa riqueza em recursos naturais e produção agrícola, os brancos dominavam quase totalmente a infraestrutura da agricultura, dos transportes e da administração. Os acontecimentos da madrugada de 24 para 25 de Abril de 1974 mudariam os rumos políticos de Portugal e anunciariam o fim da experiência colonial portuguesa em África. Em Angola, o fim da guerra colonial foi acompanhado por um acirramento da disputa entre os três movimentos de libertação nacional - MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) - pelo controle do poder político no país a caminho da independência. Neste contexto uma sensação de rápida deterioração das condições de segurança logo acenderia o pânico entre a população branca. De fato, a movimentação de pessoas de Angola para Portugal, entre 1974 e 1976, refletiu, par e passo, o crescendo da violência que se instalou no território angolano até o limite de uma guerra civil generalizada.

A ênfase no caso angolano justifica-se diante do fato de que cerca de 61% de todos os portugueses que regressaram à metrópole com o fim da experiência colonial no continente africano vinham de Angola (Correia, 1991: 178). Os resultados oficiais do último recenseamento dos desalojados, apurados em 31 de dezembro de 1977 e confirmados em 30 de junho de 1978, permitiram registrar a chegada em Portugal de 463 315 cidadãos vindos das ex-colônias num curto espaço de tempo, a maior parte em 1975, destacando-se os meses de setembro e outubro (Ribeiro, 2002: 420). Dados que correspondem ao fato de que em agosto de 1975 começou a funcionar, oficialmente e em caráter emergencial, uma ponte aérea Luanda-Lisboa que

terminaria poucos dias depois do 11 de novembro, quando foi proclamada a independência de Angola.

1975 foi um ano denso em Portugal. Ano de muitas viragens e clarificações políticas que foram da tentativa de golpe militar de Spínola, em 11 de Março, à derrota das forças à esquerda do PS, em 25 de Novembro, passando pelas eleições para a Assembleia Constituinte em 25 de Abril, a institucionalização do Conselho da Revolução, a Assembleia do Movimento das Forças Armadas e as nacionalizações do sistema bancário e dos seguros. No meio deste turbilhão, efeito colateral típico dos processos revolucionários, o fenómeno da descolonização e o consequente repatriamento maciço das populações portuguesas das ex-colónias também devem ser somados à lista dos acontecimentos mais relevantes do período pós-Revolução dos Cravos, quer do ponto de vista demográfico-social e económico, quer no plano político. Portugal recebeu, no espaço de meses, uma massa de retornados que correspondia a quase dez por cento da sua população na altura, o que, de acordo com Guerra (2000: 100), constituiu um impacto brutal sobre uma economia frágil e vulnerável e uma situação política e social explosiva.

De fato, cabia aos órgãos do poder instituído a difícil tarefa de proporcionar os meios necessários à integração social e económica de cerca de meio milhão de desalojados do «Ultramar português», de forma relativamente rápida, de modo a minimizar os atritos sociais inevitáveis em situações deste tipo (Pires *et al.*, 1987: 151). Mas, apesar dos diversos programas governamentais de assistência, desenvolvidos pela Secretaria de Estado dos Retornados, depois transformada em Comissariado para os Desalojados, o regresso das tropas e dos civis portugueses que viviam nas ex-colónias agravaria a situação económica e social vivida em Portugal, uma vez que contribuiu para aumentar o número de desempregados e piorar o défice de moradias, fatos que alimentaram o clima de instabilidade política em vigor no país desde o imediato pós-25 de Abril de 1974 até as eleições parlamentares de Abril

de 1976, que legitimariam os moderados no poder consolidando a implantação de uma democracia de caráter liberal que dialogava com os demais projetos políticos dos Estados da Europa Ocidental, sobretudo dos membros da então Comunidade Económica Europeia, da qual Portugal almejava vir a fazer parte. De acordo com António Costa Pinto, a Comunidade Europeia foi um “símbolo disponível” para as elites democráticas legitimarem uma nova ordem interna, após uma transição por ruptura bastante conflitual e o fim do império colonial. Isto porque a opção europeísta além de configurar um elemento central de ruptura com o passado ditatorial, isolacionista e colonial, assumiu simultaneamente uma dimensão anticomunista e antirevolucionária (Pinto, 2000: 414).

Segundo Figueira (2007: 75), a comunicação social não escapou ao clima efervescente do pós-25 de Abril. A política estava em toda a parte e em todos os gestos. Considerando este quadro e consciente de que os meios de comunicação social constituem um poderoso aparelho ideológico e de que esta função ideológica é complexa e contraditória porque os textos (num sentido amplo) midiáticos tanto contribuem para o controle e a reprodução social, como operam como mercadorias culturais, entretêm as pessoas, mantêm as pessoas política e socialmente informadas, são artefatos culturais e refletem as mudanças nos valores e nas identidades, a questão central a ser explorada neste trabalho é o papel dos meios de comunicação social no processo de reintegração social dos retornados em Portugal.

No turbulento período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, “os critérios de noticiabilidade, isenção e objetividade eram secundarizados face ao predomínio da esfera política sobre a esfera jornalística” (Figueira, 2007:89). Neste tempo em que a isenção, o rigor e a imparcialidade eram uma utopia, os jornais deram voz e espaço, de acordo com suas respectivas linhas político-ideológicas, aos diversos protagonistas e desempenharam um papel de combate e ação política. Neste contexto, que tratamentos jornalísticos foram dados aos retornados? Que forma(s) e autenticidade

os jornalistas conferiram aos retornados ao transformá-los em personagens jornalísticas? Que se poderia captar e perceber a partir da informação e opinião que os meios de comunicação social veiculavam sobre os retornados?

Buscando responder a estas questões e a outras inquietações relacionadas ao que imagino ter sido parte da contribuição da mídia no processo de reintegração social dos ex-colonos portugueses que abandonaram Angola às vésperas da independência daquele país, apresento a seguir um primeiro ensaio de análise, em perspectiva comparada, de dois veículos da imprensa portuguesa: o *Diário de Notícias* (DN) e o *Jornal O Retornado* (JOR). Com uma tiragem que, no período que aqui será analisado, era superior aos 100 mil exemplares, o DN constituía um veículo de comunicação social cuja expressão e influência eram indiscutíveis. Como contraponto, o JOR, apesar de contar com tiragens que variavam entre 30 mil e pouco mais de 45 mil exemplares, representava uma forma diferente de pensar não só a questão dos retornados como a situação que atravessava o país.

Apoiando-me nos instrumentos da análise crítica do discurso para desenvolver o presente trabalho, tomarei em conta, seguindo o exemplo de Figueira (2007: 90), os seguintes parâmetros: análise da escrita jornalística com especial incidência na detecção e sinalização do emprego da adjetivação e o papel que esta desempenha no interior do texto e na classificação da mensagem; interpretação sobre a presença (mitigada ou assumida) da opinião do agente enunciador (autor do texto) nos espaços territoriais exclusivos da informação, secundarizando ou anulando, através do poder que detêm de manipulação da narrativa, a(s) voz(es) e o pensamento do(s) protagonista(s) de um dado acontecimento, apresentando como informação algo que, afinal, não passa de opinião; e análise sobre as fontes das notícias, interpretando as presenças e as ausências dos que, não estando, deveriam estar no interior do texto.

2. Dos jornais

2.1 O *Diário de Notícias* (DN)

Segundo Tengarrinha, o *Diário de Notícias* “é o mais antigo diário da imprensa portuguesa, foi o que iniciou o jornalismo moderno no país. Surgiu como um jornal popular de preço e estilo ao alcance de todos, essencialmente noticioso e sem filiação partidária” (2006: 214-215). Contudo, ainda segundo o referido autor, a “objetividade” e a “imparcialidade” com que o DN se iniciou e pretendeu apresentar ao longo da sua existência, na verdade camuflavam habitualmente uma posição conservadora de apoio ao poder estabelecido.

Nacionalizado na sequência do 11 de Março de 1975, o DN apresentava-se, por isso mesmo, completamente identificado com as orientações do MFA e a linha ideológica do PCP (Figueira, 2007: 87). De acordo com João Figueira, durante o Verão Quente de 1975, “o Portugal do DN é uma República Popular, onde o primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, é alvo de sucessivas manifestações de apoio e onde se acusa o PS e o PPD de atacarem as Forças Armadas” (2007: 88).

Segundo a leitura de Figueira, embora o DN fosse e se assumisse um veículo preponderantemente informativo, isso não significava a ausência ou secundarização do comentário ou da opinião. Pelo contrário, o jornal não dispensava de dar ao leitor a sua interpretação sobre as matérias que tratava. Sucedia, no entanto, que a par dos espaços de opinião que publicava - e havia dias em que não publicava qualquer opinião - o DN incluía nas notícias ou reportagens que realizava a sua própria opinião sobre a informação que estava a dar. Ao misturar dois gêneros inconciliáveis no mesmo texto informativo, o jornal condicionava e conduzia a leitura dos acontecimentos, de forma consciente, porque esse era o estilo que cultivava e essa era a sua forma de estar no jornalismo (Figueira, 2007: 96).

Dado o recorte temático e temporal necessário aos circunscritos objetivos deste trabalho, analisarei a cobertura feita pelo DN às questões relacionadas aos retornados ou ao retorno dos portugueses de Angola para a metrópole durante os meses de Outubro e Novembro de 1975, mais especificamente entre os dias 10 de Outubro - data em que surgiu o *Jornal O Retornado* (JOR), que também será objeto de análise neste trabalho - e 11 de Novembro de 1975, data da declaração da independência de Angola.

Após a leitura das edições do Diário de Notícias referente ao período supracitado foi possível identificar 35 referências aos retornados ou ao retorno dos nacionais. Deste total, 20 foram publicadas ao longo de outubro e 15 no mês seguinte. Vale destacar que destas últimas, cinco notícias estão registradas na edição do dia 11 de novembro de 1975, dia da declaração da independência de Angola. A maior parte dos artigos referentes aos retornados aparece na sessão intitulada *Descolonização* e, geralmente, transmitem comunicados do Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN) ou têm o IARN como fonte (exclusiva) da informação noticiada. Tais comunicados ou matérias que têm origem a partir de informações dadas pelo IARN, em sua grande maioria, cumprem a função social de: divulgar avisos que facilitem o reencontro de familiares e/ou documentos perdidos; informar os locais e formas de proceder para efetuar os trâmites burocráticos necessários à regularização da situação dos retornados no país, bem como para a obtenção dos auxílios oferecidos aos retornados pelo governo; prestar conta do que vinha sendo feito pelo governo em favor dos retornados. Em resumo, quando se tratava de noticiar as ações do governo em relação aos retornados, os artigos ou notas publicadas no DN mantinham um caráter mais informativo, muito pouco crítico ou opinativo, apesar do tom geralmente positivo em relação à postura assumida pelo governo. Contudo, no DN a temática dos retornados também foi alvo de:

- um artigo de opinião assinado por Modesto Navarro e publicado em 16 de outubro;

- uma pergunta feita durante uma entrevista com Pereira de Moura (representante do Conselho Português da Paz e Cooperação) a propósito de sua participação no *Encontro de Solidariedade com Angola promovido pelo Conselho Mundial da Paz*, publicada em 21 de outubro;
- uma carta à redação, assinada pelo leitor Armando de Lacerda e publicada em 28 de outubro;
- uma nota oficiosa do Ministério dos Assuntos Sociais publicada em 11 de novembro, relativa à reunião com o secretário dos Retornados ocorrida no dia 7 do mesmo mês;
- e outros artigos não assinados e que, de modo geral, não fazem referências explícitas às fontes das informações relatadas.

Com relação a estes “outros artigos” publicados no DN, sem a citação da autoria ou mesmo das fontes consultadas, portanto de responsabilidade da direção do jornal, é perceptível a existência de uma “linha” ou orientação comum aos textos, visto que, em sua esmagadora maioria, estes relatam, utilizando uma linguagem que estava longe de ser neutra, uma associação (“comprovada”, “declarada”, suposta ou subentendida) dos retornados com forças ou movimentos “reacionários”, “fascistas”, “inimigos do povo” e da Revolução. Assim, a cobertura jornalística feita pelo DN sobre os retornados no período em que Portugal vivenciava o confuso rescaldo do “Verão Quente” associado a um clima de incerteza sobre o futuro do país pós-revolução e consolidação da descolonização (re)produzia e enfatizava uma imagem negativa desses personagens associando-os ao antigo regime salazarista ou aos movimentos saudosos deste período pré-revolucionário, ou ainda a episódios de desordem e até violência. Neste sentido, os títulos de algumas destas matérias são absolutamente ilustrativos: *Retornados atacam comunistas e socialistas em Valpaços* (DN, 22/10/1975, p.7); *Manifestação reacionária de grupo de retornados culmina com assalto à Casa de Angola* (DN, 27/10/1975, p.1); *Desmandos praticados por retornados* (DN, 27/10/1975, p.8); *Retornados tentaram desviar contentores*

destinados a Luanda (DN, 30/10/1975, p.8); *Retornado de Angola incriminado de homicídio voluntário* (DN, 04/11/1975, p.4); *Retornados causam distúrbios no Porto* (DN, 08/11/1975, p.10); *As comemorações em Lisboa/ Festejada a independência na Casa de Angola/ Alguns retornados hostilizaram o M.P.L.A.* (DN, 11/11/1975, p.3).

Voltando ao artigo de opinião assinado por Modesto Navarro, vale trazer ao menos o seu sugestivo título, *Apoiar os explorados vindos de Angola*, para uma leitura mais pormenorizada. O uso da expressão *explorados* em substituição ao termo *retornados* é bastante significativa porque indica a linha ideológica do autor, que dialogava com a orientação política seguida pelo jornal que, por sua vez, espelhava o modelo adotado pelo governo em vigor, encabeçado pelo bloco mais à esquerda do MFA. Quatro subtítulos justificam e/ou complementam a ideia apresentada no título principal do artigo. O primeiro deles traz a seguinte proposição: *Aproveitar o desespero para servir o fascismo e a F.N.L.A.* Aqui os atores destacados são os ditos “inimigos do povo” que se aproveitam do desespero das pessoas para agir. No trecho que acompanha este subtítulo de polaridade negativa o autor desenvolve a ideia de que aproveitar o desespero dos retornados para alimentar os movimentos reacionários era muito fácil. O subtítulo seguinte, *Vamos apoiar quem é honesto*, traz o texto de volta a um pólo positivo, ainda que com muitas cautelas porque, segundo o autor, no meio dos “trabalhadores honestos vindos de Angola” existiam também os “oportunistas”, então, era preciso “separar o joio do trigo” (Navarro, 1975: 3). As insinuações negativas voltam ao texto acompanhando o subtítulo, *Vejamos os altos burgueses que hoje se fazem amigos*. No trecho que se segue o autor aponta os culpados pela situação existente em Angola na altura e pelo êxodo em massa dos antigos colonos. Vale destacar um excerto:

A situação que hoje existe em Angola foi o resultado dos encontros do Sal e etc., das manobras de Spínola, de Mário Soares e Mobutu, conluiados com os EUA e companhia.

O terem sido reconhecidos como movimentos de libertação a UPA-FNLA e a UNITA

(colaboradora activa das tropas coloniais portuguesas contra o MPLA como se viu em tempos por cartas de Savimbi para comandantes portugueses e vice-versa, publicadas no “Diário de Lisboa”), foi o começo desta confusão e desordem, a base de morticínios como aconteceu em Nova Lisboa, ocupada por aqueles dois movimentos fantoches. O MPLA com uma descolonização inicialmente correcta, poderia ter ascendido mais cedo à posição que hoje detém no país quase livre que é Angola e este êxodo não teria acontecido em tão grande escala (Navarro, 1975: 3).

O autor conclui o artigo indicando, mais uma vez, o que era necessário fazer, ou que atitude os leitores deveriam tomar, sugestão que se encontra resumida no último subtítulo do texto *Construir e libertar do imperialismo*. Para tanto, o autor convida os leitores a enfrentar “esta situação de regresso maciço de Angola” (Navarro, 1975: 3) apoiando o MPLA e a independência de Portugal e Angola das potências imperialistas; e promovendo a “unidade com os portugueses explorados vindos de Angola” (Navarro, 1975: 3).

Quanto à pergunta feita durante a entrevista com Pereira de Moura a propósito de sua participação no *Encontro de Solidariedade com Angola promovido pelo Conselho Mundial da Paz*, o que chama a atenção e faz dela um interessante objeto de análise é o fato de aparecer precedida pelo subtítulo *O problema dos Retornados*. A dada altura, José António Santos, o repórter que recolhia a entrevista, coloca a seguinte questão ao entrevistado:

D.N. - Passada em revista, de um modo geral, a situação de Angola e a aceitação e reconhecimento do MPLA como vanguarda revolucionária do povo angolano, gostaríamos de saber se, em Bruxelas [no Encontro de Solidariedade com Angola promovido pelo Conselho Mundial da Paz], o problema dos retornados foi analisado, digamos, como elemento de paz ou a outro nível. (Santos, 1975: 3).

Ao responder, Pereira de Moura associa pela terceira vez a situação dos retornados à ideia de “problema”, mas sugere que a solução para tal “problema” estava em Angola ou, mais especificamente no MPLA, que:

não é um movimento de racismo, é um movimento no qual trabalham brancos em pé de igualdade com os africanos, e entende que, no estado atual de Angola, a presença dos brancos é absolutamente necessária. Por outro lado, reconhece com toda a franqueza que, embora tenha havido terríveis casos de exploração colonialista por parte dos brancos em Angola, também houve um grande contributo, por parte de muitos brancos, sobretudo gente mais humilde que foi daqui para lá trabalhar, não explorando, que beneficiaram durante muito tempo o avanço de Angola.

Assim, o MPLA sempre se opôs ao êxodo de Angola, apontando o erro do ponto de vista político e, inclusivamente, tem a esperança de que, logo que as pessoas se convençam que, realmente, conquistada a independência, as coisas correm bem, que muitas delas, sobretudo as que estão de mãos mais limpas e de coração mais puro, se disponham a regressar e a trabalhar pelo engrandecimento de Angola (Santos, 1975: 3).

Deste trecho de entrevista, isto é, da pergunta colocada pelo DN seguida da resposta dada pelo entrevistado, é possível depreender, antes de qualquer coisa, que a saída dos portugueses de Angola era um problema tanto para Portugal como para a quase ex-colônia. Além disso, fica uma certa ideia de redenção da presença colonial, uma vez que até um dos movimentos de libertação, o MPLA, reconhece a importância da presença dos brancos para o desenvolvimento de Angola, apesar dos “casos de exploração colonialista”, proposição que induz a pensar que a exploração colonialista teria ocorrido pontualmente. Por fim, é possível depreender ainda, o apoio ao MPLA, movimento cujos princípios político-ideológicos estavam muito próximos da postura do MFA, é claro, assim como a ideia de que os retornados nunca deveriam ter saído

de Angola e que o melhor que podiam fazer era disporem-se “a regressar e a trabalhar pelo engrandecimento de Angola”.

A carta à redação é outro exemplo interessante da abordagem dada pelo DN à questão dos retornados. Apesar de assinada por um leitor (Armando de Lacerda), que se assume enquanto um retornado de Angola, a decisão pela sua publicação e a escolha do título que a apresenta - *Apelo de um retornado: “Juntemo-nos para ajudar a construir um Portugal novo”* - é de inteira responsabilidade do jornal. Não por acaso, a carta-apelo publicada pelo DN convoca os demais retornados a colaborar com o governo, conforme o seguinte excerto:

Juntemo-nos, sim, para trabalhar, para tentar encontrar soluções que ajudem o Governo a resolver o nosso problema, mas dentro do contexto geral da sociedade, sem nos esquecermos de que não existe, apenas, o nosso problema, mas há, infelizmente, o dos inúmeros desempregados que já existiam em Portugal, o dos mutilados de guerra, etc., etc. (Lacerda, 1975: 13).

O texto expressa ainda uma sensação de resignação com as perdas decorrentes da saída de Angola associada à ideia de que era o preço a pagar pela liberdade:

E quando com saudade e pesar pensarmos nos nossos bens, possivelmente perdidos, lembremo-nos que foi a contribuição que tivemos de pagar para a libertação de uma Angola que todos amamos, para a libertação do nosso Portugal e, automaticamente, para a nossa própria libertação (Lacerda, 1975: 13).

Nas entrelinhas desta carta percebe-se o apoio ao governo e ao processo de descolonização em curso. Sua publicação reforça o papel exercido pelo DN desde a

sua nacionalização, que o transformou num meio de comunicação social ao serviço do MFA e do “Povo”.

2.2 O Jornal O Retornado (JOR)

À primeira vista o periódico de publicação semanal *Jornal O Retornado* assemelha-se muito aos jornais e revistas ditos tablóides “sensacionalistas” ou “populares” da atualidade, com seus títulos chamativos e a uma quase excessiva apresentação de imagens, sobretudo fotografias, dentre as quais algumas retratam cenas bastante chocantes. Este padrão repete-se em todos os seis primeiros números deste semanário que serão aqui analisados, tendo em vista que estes exemplares abarcam o período entre o aparecimento do dito periódico e o marco histórico da declaração da independência de Angola, ou seja, abrangem exatamente o recorte temático e temporal explorado neste trabalho. Ainda assim, cabe destacar que o JOR atingiu a marca de um total de 211 números publicados, tendo sido extinto em 1981. A persistência da oferta desta publicação no mercado midiático português ao longo de quase sete anos parece indicar que a (re)integração dos retornados na sociedade portuguesa não foi um processo tão rápido e fácil como afirmam alguns autores como Rui Pena Pires e João Paulo Guerra.

Tendo em vista que, apesar da periodicidade semanal, todas as 16 páginas dos seis primeiros números do JOR eram inteiramente dedicadas à temática dos retornados, e dada a dimensão reduzida deste trabalho, optei por centrar a análise nos editoriais, intitulados *Fundo* e presentes na primeira página de cada edição. Opção consciente de que “a leitura de editoriais envolve usualmente formação de opiniões não só sobre o que é dito, mas também sobre o escritor ou o jornal” (van Dijk, 2005: 193) e de que:

um editorial pode funcionar como uma crítica e um conselho para grupos específicos (frequentemente elites) ou instituições e envolver por isso relações (de poder) entre os *media* e os escritores dos *media* por um lado, e esses outros grupos, por outro. Este contexto também define a dimensão ideológica dos actos de fala envolvidos (van Dijk, 2005: 221).

Entretanto, apresentarei também a leitura de alguns outros artigos que julguei extremamente significativos no que diz respeito ao exercício do poder simbólico e persuasivo do discurso veiculado através de um meio de comunicação social.

O primeiro número do JOR, editado e impresso em Lisboa, contou com uma tiragem de 30 mil exemplares vendidos a 5\$00 (cinco escudos) cada. Valor que, ao parecer, deveria ser acessível aos retornados, inclusive àqueles que dependiam do “subsídio de desemprego” concedido mensalmente pelo Estado, como medida imediata de auxílio aos retornados, através do IARN e “cujo montante orça[va], aproximadamente, 1500 escudos por cabeça de casal e 1000 escudos por cada filho” (*Diário de Notícias*, 1975: 2).

Um dos argumentos acionados por Arthur Ligne, fundador e diretor do JOR, para justificar a criação deste semanário foi a necessidade de “constituir veículo intemerato na defesa justa dos anseios e interesses dos regressados do Ultramar ou ex-colônias” (Ligne, 1975: 1) e criar um espaço onde os retornados pudessem se defender dos insultos publicados em outros periódicos. Uma vez que, como afirmava um texto assinado pela redação do JOR, à tragédia dos retornados “acrescem-lhe as sistemáticas insinuações feitas por certos órgãos de comunicação social que pretendem dividir portugueses, atirando-os uns contra os outros” (AA.VV., 1975: 9).

Entretanto, logo no primeiro número do JOR o leitor consegue perceber rapidamente que o público-alvo deste semanário não era exatamente todo e qualquer cidadão português retornado das antigas colônias. Impressão que é reforçada por uma nota intitulada *Explicação necessária* que informa:

[O] “JORNAL O RETORNADO” não busca apenas constituir-se em publicação exclusivamente dedicada aos assuntos dos retornados; pretende, como veículo de comunicação social independente que é, estar ao serviço do País, de forma construtiva, sem deixar de participar ativa e voluntariamente no atual processo e nos principais eventos que determinam a caminhada desta terra para um futuro melhor. Daí que nas suas colunas se acoitem originais de interesse geral, assentes em princípios honestos dos quais não abdicaremos.

As páginas deste semanário abrem-se a quantos delas necessitem para apresentação de um caso injusto, de uma reclamação, de uma crítica ou de um elogio. (AA.VV., 1975a: 10)

A princípio o JOR não declara nenhuma filiação política e, algumas vezes, publica textos que parecem rechaçar o envolvimento com a política, caso do seguinte artigo de opinião assinado por Jorge Ramos:

Neste artigo só trabalharemos num apelo que desde já lançamos a todos os retornados, no sentido de não alinharem na política. Digamos em uníssono: Não à política. De contrário seremos como “eles”.

“Eles” foram os homens que, encaminhados pela “sua” política, nos “levaram” a tal desesperante como incrível, e até ridícula situação. [...]

Dizem que somos REACIONÁRIOS e quejandos!

Provemos o contrário.

Como tais afirmações são falsas, facilmente o conseguiremos.

Através da negação formal em participar, apoiar ou criticar seja o que for relacionado com política, e, pelo contrário procurar por todos os meios TRABALHAR, provaremos ao Mundo que não nos chamamos reacionários e falsos, nem nada semelhante (Ramos, 1975: 12).

Não obstante, a postura política expressa nas entrelinhas da esmagadora maioria dos textos publicados no JOR tendia para a direita ou, na linguagem da época, para o campo dos “reacionários”. Ou seja, o JOR somava forças com as forças políticas de um país que durante meio século haviam sido convictamente anticomunistas. Tal postura fica subentendida pela presença de inúmeras críticas aos responsáveis pela governação e, conseqüentemente, pelo processo de descolonização que já caminhava para a finalização com a independência de Angola agendada para 11 de novembro de 1975, além dos vários comentários de teor nitidamente anticomunista que eram recorrentes nas páginas deste semanário. Nem o artigo-apelo de Jorge Ramos consegue ser apolítico, haja vista as referências negativas associadas a “eles”, isto é, aos responsáveis pela Revolução dos Cravos, pela descolonização, e pelo governo de Portugal na altura em que o artigo foi publicado. No primeiro número do JOR a direção do semanário declarava-se disposta a responsabilizar os “traidores” da Nação, que antes do 25 de Abril era indissociável do Império, os “culpados” pela “descolonização do Ultramar [...] feita nas costas das respectivas populações”(AA. VV., 1975b: 2). Ou seja, ainda que não levantasse nenhuma bandeira partidária, as inclinações ideológicas da direção contaminavam claramente os textos noticiosos e/ou de opinião publicados no JOR.

No editorial do segundo número do JOR é marcante a insistência na necessidade da divulgação da “verdade” sobre os retornados:

Urge - e já tarda! - um amplo movimento de opinião pública tendente a esclarecer as grandes massas populares acerca das realidades, virtudes e defeitos, dos ultramarinos, agora “retornados”, em consequência e nas circunstâncias do conhecimento geral.

A imagem criada ao “regressado” é, infelizmente, falsa. [...]

Dessa imagem distorcida, criada propositadamente em certos meios para lançar portugueses contra portugueses, tem resultado, uma imerecida, por injustificada, hostilidade.

O “retornado” mais não foi, na sua esmagadora maioria, do que um explorado. Para amealhar alguns cobres (que acabou por perder) o que hoje é “retornado” trabalhou de “ver a ver”. Isto é, de sol a sol. Passou privações, que só os que viveram no Ultramar podem e sabem avaliar.

Não é, pois, honesto nem coerente que se hostilize ou se mostre rancor ou azedume para com os “retornados”, violentamente traumatizados não só pela guerra, como ainda pelos saques, prisões arbitrárias, espancamentos, violações, humilhações a que foram sujeitos.

Não é verdade que o “retornado” tenha explorado o negro, [...]

A demagogia barata, intensional, explora habilmente, o atraso do povo. Mas não é, nunca foi nem será agora, esse o processo indicado para impor uma ideologia ou filosofia política, porque a verdade acaba por vencer.

Vamos mostrar aos nossos compatriotas que “nem tudo o que luz é ouro”. Por outras palavras, nem tudo o que se diz ou se escreve sobre os retornados é verdade.
(AA.VV., 1975c: 1)

Após a leitura deste editorial subentende-se que a “verdade” era que: os retornados vinham sendo alvo de calúnia e difamação, o que alimentava um clima de hostilidade do restante da população portuguesa em relação a estas pessoas; os retornados não eram mais do que grandes vítimas, explorados por terem trabalhado muito nas colônias, sem explorar os negros, para juntar as economias que acabaram por perder, traumatizados não só por terem vivido a guerra, mas também pelos atentados sofridos contra o seu património e as suas pessoas. Como toda verdade, esta “verdade” veiculada pelo JOR era parcial e estava comprometida com uma postura ideológica, portanto, servia aos interesses de um grupo em disputa pelo poder e pelo rumo político a dar ao país no rescaldo do 25 de Abril de 1975.

O segundo número do JOR conta ainda com um artigo de opinião, assinado por M. Martins em resposta ao artigo de opinião assinado por Jorge Ramos, que vale destacar:

Como Refugiado - Angolano/Português ou Português/Angolano - ou como Retornado, o Irmão que tudo perdeu só não se envergonhará de ser Homem (ou, pelo menos, só terá completado a sua tarefa primordial neste momento e neste País), quando a par do trabalho que sabe fazer, nos ajude a compreender a verdadeira Política.

[...]

É fundamental que o Retornado/Refugiado faça urgentemente Política para juntar à nossa melhor compreensão do seu tremendo problema a experiência fundamental do que foi o 25 de Abril em Portugal, na sua real verdade na crueza das suas consequências mais dolorosas.

[...] fazer esquecer ou não denunciar as situações é um ato não-Nacional ou mesmo antinacional, quando se torna urgente reconstruir e repor.

[...]

É obrigação estrita de todo o Português - o que cá ficou, o que para cá regressa e o que a nós exige ser tido como igual - dizer, aqui e agora, POLÍTICA, SIM; POLÍTICA, SIM (Martins, 1975: 8) (grifos meus).

O primeiro aspecto que chama a atenção no artigo de M. Martins é a associação do termo “refugiado” com o fenómeno do retorno dos nacionais. Associação esta que é problemática tendo em vista que o termo refugiado corresponde a uma definição legal desenvolvida no contexto da Segunda Guerra Mundial para designar os estrangeiros vivendo numa relação especial com os países que os recebem como resposta às perseguições sofridas em seus países de origem. Os retornados eram cidadãos portugueses, logo, não podiam ser considerados refugiados em Portugal. O termo remete para a condição de vítima de uma guerra que se vê por isso mesmo obrigada a deixar sua terra natal, logo, o seu uso neste artigo reforça a ideia de que

os retornados eram vítimas de guerra e de que tinham fortes vínculos com Angola, sem por isso menosprezar o vínculo com Portugal, pelo contrário. A ideia de pertencimento mútuo a Angola e Portugal, territórios que até o 25 de Abril de 1974 eram encarados oficialmente como partes integrantes de uma única nação “multirracial e pluricontinental” (Salazar, 1951: 289), é reforçada no texto pela afirmação de que o refugiado ou retornado era “Angolano/Português ou Português/Angolano”.

O segundo aspecto a destacar é o enfoque dado à necessidade do envolvimento político dos retornados/refugiados para denunciar as consequências negativas (indicadas pelo uso do adjetivo *dolorosas*) do 25 de Abril. Tal envolvimento é encarado como um dever patriótico, a ser assumido como uma estratégia para restaurar a nação. Mesmo não sendo explícitos, o tom saudosista do texto e a mágoa em relação aos efeitos do 25 de Abril indicam a orientação ideológica do autor em diálogo com a postura do JOR.

É com “profundo desgosto” que o editorial do terceiro número do JOR constata que já não havia condições para os portugueses permanecerem em Angola porque a “Paz mundial” encontrava-se ali “perigosamente ameaçada”. Ameaça “tanto mais evidente quando encarada [...] pelo prisma concreto e realista em que se gera(va) e se situa(va) todo o contexto do conflito armado desenvolvido naquele Território: O ódio tribal e o ódio ao branco” (AA.VV.,1975d: 1). Depois de reduzir a guerra civil que se ensaiava em Angola durante o período do governo de transição para a independência a um problema de tribalismo e racismo, o editorial continua:

Enquanto se pretende que o tempo passe milhares de brancos e negros são vítimas desse processo. E todas as desculpas apresentadas ao Povo para “sacudir a água do capote” não adiantam. O ignominioso ato *fecundado* por meia centena de... *bons vivans* mais de *políticos amadores* com pretensões a revolucionários não pode, nem há-de ficar impune - diz o Povo.

Até que ponto Portugal, melhor, o Governo Português e o Conselho de Revolução poderão ficar alheios ou indiferentes perante a hecatombe que destruiu um País?

A pergunta é pertinente e carece de resposta antes que qualquer desagradável surpresa ultrapasse o tempo para ela ser dada. É que os relógios de África andam mais depressa (AA.VV., 1975d: 1).

O estilo da linguagem utilizada neste editorial assemelha-se à linguagem quotidiana e popular comum aos tablóides. O processo de descolonização e os seus responsáveis são veementemente criticados em nome do “Povo”, como se um semanário com uma tiragem de 30 mil exemplares tivesse representatividade para tanto. A perda de Angola é associada a “hecatombe que destruiu o País”. Ideia que era bastante comum entre os salazaristas que acreditavam que Portugal não poderia existir sem as suas colônias. A conclusão do texto é em tom de ameaça, marcando a existência de uma feroz disputa política em torno da questão colonial mesmo às vésperas da sua resolução final, agendada para o dia 11 de novembro de 1975, quando seria declarada a independência da “jóia da coroa do império português”. Angola continuava sendo um campo de batalha e a direção do JOR se mantinha firme na luta pela manutenção deste território sob o domínio dos portugueses.

Enquanto o *Diário de Notícias* declarava todo apoio ao MPLA e reconhecia a legitimidade da luta e do direito do povo angolano à independência, o editorial do último número de outubro do JOR ia num sentido completamente oposto. Vale destacar aqui o primeiro e o último parágrafos daquele texto:

A captação das massas populares por movimentos emancipalistas ou libertadores de África baseou-se, fundamentalmente, em simples mas aliciantes e alienantes promessas que se resumiam na transferência dos bens privados dos cargos de chefia e consequentes benefícios usufruídos pelos “colonialistas” brancos, para os cidadãos negros, naturais do território.

[...]

Com o inevitável êxodo da etnia branca desmoronou-se a economia e todas as estruturas dela dependente. Paralelamente, a Administração Pública foi-se diluindo e deu-se o caos. No caso concreto de Angola a paralização era, nos moldes em que decorreu o processo de descolonização, inevitável. Da pujança econômica, esse Território, passou a uma crise que o debilitará por longos anos, agudizando nestes últimos meses uma situação de fato que o obrigará a dependência de terceiros, mantendo apenas uma independência teórica (AA.VV., 1975e: 1).

Ainda que não identificados, o que também poderia significar uma forma de menosprezar o seu papel político, os movimentos nacionalistas africanos são descritos como mentirosos e manipuladores das populações nativas. Além disso, na opinião expressa neste texto, o resultado do processo de descolonização em curso não seria a independência concreta de Angola porque este “Território” não teria condições de funcionar autonomamente sem a presença dos brancos. Se no editorial anterior o argumento principal era o de que Portugal não sobreviveria sem Angola, neste temos a apresentação do complemento dessa ideia na aposta de que a reciprocidade seria verdadeira e de que, portanto, Angola não sobreviveria sem os portugueses.

O editorial do primeiro número do JOR no mês de novembro chega a ter um ar infantil, dadas as palavras e expressões toscas que compõem o texto, que aqui reproduzo na íntegra:

Os “retornados” são acusados de exploradores, de colonialistas, de reacionários, sem que o sejam de fato.

A verdade é outra, bem diferente, que a seu tempo surgirá. Porém e para já não autorizamos ninguém a ver-nos à sua imagem e não admitimos - seja a quem for e seja qual a procedência, atitudes provocatórias.

Qualquer atentado físico ou moral será aniquilado através de meios adequados aos mesmos. Nestas como noutras circunstâncias saberemos reagir, seja contra quem for que nos ataque.

É necessário dizer a verdade com coragem. Coragem que escasseia a muitos e não a nós, “retornados” ou deslocados, vítimas da ambição desmedida de alguns políticos que sem respeito pelos mais elementares direitos que nos assistem como cidadãos portugueses e contra todos os princípios democráticos decidiram, nas nossas costas, de nossas vidas e bens, traiçoando-nos vergonhosamente.

Vivemos e sentimos na carne o maior drama de África. Somos a consequência de um processo de descolonização inábil e como tal estamos decididos a morrer de pé, com a honra por escudo e a bandeira verde rubra por mortalha.

Envergonha-nos uma certa estirpe de indivíduos que se dizem políticos e revolucionários mas que mais não são do que meros “bonecos articulados” manejados habilmente por mãos estranhas aos interesses de Portugal. A revolução, a que aderimos, não é a revolução que se verifica. E ser revolucionário progressista não é - nem será porque o Povo não o desejará - traiçoar os verdadeiros interesses morais e materiais de Portugal. Este e os interesses comunitários da Nação devem ser colocados acima de todas as ideologias políticas. Antes de tudo os portugueses devem - e tem de ser! - portugueses.

É assim que pensam os “retornados” e por isso, chamam-nos de reacionários. Mas... quem serão, efetivamente, os reacionários?

... Acaso não serão os *demagogos de saldo* e seus acólitos que colocam à frente dos interesses nacionais as conveniências de grupos e ou partidos?

Faz-nos lembrar a velha fábula “chama aos outros antes que te chamem a ti”.

Entendidos?! (AA.VV., 1975f: 1), (grifos meus).

Mas essa troca de insultos não era coisa de miúdos a brigar no pátio da escola. Os trechos em destaque chamam a atenção para o que realmente estava em disputa: o rumo político de Portugal no *Período Revolucionário em Curso*. Cabe lembrar aqui do momento histórico em que este texto foi publicado. Desde a divulgação do

Documento Melo Antunes, apoiado pelo *Grupo dos Nove*, um grupo de militares que representava a facção moderada do MFA, e que se opunham às teses políticas do Documento *Guia Povo/MFA* (AA.VV, s/d), evidenciava-se uma grande divisão dos militares e do Conselho da Revolução, com isso a autoridade do governo minava-se. As críticas ao bloco mais à esquerda do MFA, de forte influência comunista, cresciam e davam lugar ao aumento das forças políticas mais moderadas. É ao bloco dos moderados que o JOR declara aliança neste editorial.

O último editorial a merecer atenção no âmbito deste trabalho data do dia 14 de novembro de 1975, no rescaldo da declaração da independência de Angola. O texto apresenta uma leitura crítica do processo de descolonização que, de acordo com a perspectiva nele apresentada, excluiu os colonos das negociações políticas, deixando-os sem força para garantir o lugar que acreditavam pertencer-lhes por direito e obrigando-os ao êxodo para Portugal. Graças a essa característica negativa da descolonização, o editorial prevê um futuro tenebroso para Angola. O envolvimento das potências estrangeiras aquecendo a guerra civil em Angola no contexto da Guerra Fria é citado, mas não detalhado, porque seria “do conhecimento mundial”. Quanto aos retornados, um exagero numérico é a primeira coisa a chamar a atenção. O texto fala em “800 mil deslocados que tiveram de deixar Angola”, informação, que para o leitor de hoje, entra em contradição com os números oficiais que seriam registrados pelo censo alguns anos depois. Pelo menos de acordo com o Recenseamento de 1981, citado por Guerra (2000: 100), os chamados retornados teriam sido 505 078 no total, dos quais 309 058 vindos de Angola e 164 065 de Moçambique. No mais o editorial do JOR continua enfatizando a condição de grandes vítimas dessas pessoas, tanto do processo de descolonização como das calúnias e difamações levantadas e fomentadas por “certos veículos de comunicação social de Portugal”. Para além da vitimização e da defesa do caráter justo das reivindicações e protestos dos chamados retornados, aparece uma ideia “nova”, a de que “aos

desalojados ultramarinos lhes está[va] reservado um papel transcendente, uma missão decisiva, no futuro deste País, que a História registrará e os fatos o irão demonstrar” (AA.VV., 1975g: 1, 2º Caderno). Encerrando o texto fica registrado o lembrete de que era obrigação do governo garantir a “total reintegração dos ‘Retornados’ e desalojados na sociedade portuguesa”. O JOR estaria ali para cobrá-lo.

3. Considerações finais

A (re)inserção dos retornados das antigas colônias portuguesas em África, geralmente, tem sido louvada como uma experiência de inquestionável sucesso porque os ex-colonos teriam sido rápida e positivamente absorvidos pela sociedade metropolitana. Mas nem sempre o processo de (re)integração dessas pessoas foi bem sucedido. Embora constituindo uma franja minoritária, houve uma parte da população repatriada que sofreu processos de marginalização econômica e social. A percentagem de retornados desempregados, em particular à procura de novo emprego, era, em 1981, cerca de duas vezes superior à dos portugueses em geral (Pires, 2000: 194). Além disso, no início da década de 1980 cerca de 10 mil retornados (re)emigraram (Pires, 2000: 184), o que parece indicar a ocorrência de experiências negativas de tentativa de (re)integração na sociedade portuguesa.

Conhecendo estes dados e depois da breve análise dos dois jornais que serviram de base para a realização deste trabalho, a ideia de uma rápida e positiva assimilação dos retornados torna-se ainda mais questionável. A persistência do *Jornal O Retornado* no mercado editorial português por sete anos também é um fator que contribui para a sensação de desconfiança em relação à agilidade e ao sucesso da experiência de (re)integração dos retornados na sociedade portuguesa.

Segundo a crítica levantada por Matos, os portugueses de África confrontaram-se desde os primeiros momentos com um estereótipo que os reduzia à caricatura dos colonos brancos, extremistas de direita que, para maior agravo, fugiam por receios infundados e por não quererem dar o seu contributo aos novos países africanos (Matos, 2010). Terá esta jornalista convivido pessoalmente com estes estereótipos ou sofrido esta caricaturização para chegar a tal conclusão? Ou terá relido as páginas do *Diário de Notícias* ou do *Jornal O Retornado* do ano de 1975? Depois de ter lido algumas delas, acredito que sim, poderia ser o caso, porque a descrição feita por Matos dialoga perfeitamente com as impressões gerais sobre os retornados presentes nas páginas do DN e também nas páginas do JOR, ainda que nestas fossem mencionadas para ser alvo de críticas porque seriam o produto de calúnias levantadas pelos outros meios de comunicação.

De acordo com van Dijk (2005: 14), o discurso da mídia, das notícias na imprensa, é o discurso através do qual nós adquirimos a maior parte do que sabemos sobre o mundo para além das nossas experiências pessoais, e através do qual muitas das nossas opiniões sociais e atitudes são formadas. Considerando o caso dos retornados, temática das reflexões que deram origem a este trabalho, fica a pergunta: o que os demais portugueses sabiam sobre os retornados para além daquilo que era veiculado nos jornais? Questão para a qual espero encontrar resposta(s) em trabalhos futuros.

Voltando ao papel da mídia no processo de (re)integração dos retornados na sociedade portuguesa, vale recorrer à reflexão de Mendes sobre a complexa relação entre os meios de comunicação de massas e a construção dos públicos. Relação esta que é marcada por dinâmicas de poder e permite definir espaços e processos de cidadania, de visibilidade e invisibilidade de causas, projetos e trajetórias (Mendes, 2004: 147). Quanto aos retornados, os meios de comunicação jogaram, como sempre, um papel fundamental na definição daquilo que o público deveria tomar em conta e aquilo que deveria ignorar. Neste sentido o DN corroborava a postura do governo

publicando todos os comunicados do IARN e outras notas oficiosas relacionadas aos retornados, defendendo e divulgando as ações de ajuda aos que, tendo voltado das antigas colônias, encontravam-se desamparados, mas também criticando veementemente aqueles que se manifestavam contrários aos rumos da descolonização e/ou do *Processo Revolucionário em Curso*. Em contrapartida, o JOR fazia uso do “direito de resposta” às críticas publicadas nos outros meios de comunicação portugueses. Enquanto um meio de comunicação alternativo, ao centrar a atenção no problema dos retornados o JOR veiculava uma temática que transgredia a gramática hegemônica (centrada na revolução e no futuro do país, renegando o passado recente dos portugueses) e explorava o dilema mal resolvido da identidade colonial portuguesa impedindo assim que este desaparecesse da cena política tão rapidamente como gostariam de crer alguns portugueses. De fato, o “fantasma do império” continua a assombrar os esforços de reconstrução da identidade nacional portuguesa na pós-colonialidade (Ribeiro e Ferreira, 2003; Ribeiro, 2004). Mas este assunto já é tema para outro trabalho.

ⁱ Uma versão inicial deste trabalho foi apresentada no XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia (07 de agosto de 2011).

Referências Bibliográficas

Centro de Documentação 25 de Abril (s/d), *Cronologia 1975*. Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ano1975> (Acessado em 20/08/2010).

Correia, Pedro Pezarat (1991), *Descolonização de Angola: a Jóia da Coroa do Império Português*. Lisboa: Inquérito.

Diário de Notícias (1975), “Em conferência de imprensa o I.A.R.N. deu conta do que se tem feito a favor dos retornados”, *Diário de Notícias*, 11 de Outubro, 2.

Figueira, João (2007), *Os Jornais como Actores Políticos: O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Edições Minerva.

Guerra, João Paulo (2000), *Descolonização Portuguesa: O Regresso das Caravelas*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Jornal O Retornado (1975), “Dividir Portugueses é Crime”, *Jornal O Retornado*, nº 1, 10 de Outubro, 9.

Jornal O Retornado (1975a), “Explicação Necessária”, *Jornal O Retornado*, nº 1, 10 de Outubro, 10.

Jornal O Retornado (1975b), “Quem tem medo dos refugiados”, *Jornal O Retornado*, nº 1, 10 de Outubro, 2.

Jornal O Retornado (1975c), “Fundo”, *Jornal O Retornado*, nº 2, 17 de Outubro, 1.

Jornal O Retornado (1975d), “Fundo”, *Jornal O Retornado*, nº 3, 24 de Outubro, 1.

Jornal O Retornado (1975e), “Fundo”, *Jornal O Retornado*, nº 4, 31 de Outubro, 1.

Jornal O Retornado (1975f), “Fundo”, *Jornal O Retornado*, nº 5, 07 de Novembro, 1.

Jornal O Retornado (1975g), “Fundo”, *Jornal O Retornado*, nº 6, 14 de Novembro, 1, 2º Caderno.

Lacerda, Armando de (1975), “Apelo de um retornado: ‘Juntemo-nos para ajudar a construir um Portugal novo’”, *Diário de Notícias*, 28 de Outubro, 13.

Ligne, Arthur (1975), “Fundo: Estatuto da Redacção”, *Jornal O Retornado*, nº 1, 10 de Outubro, 1.

Martins, M. (1975), “Política?... Não! M. Martins responde a J. Ramos”, *Jornal O Retornado*, nº 2, 17 de Outubro, 8.

Matos, Helena (2010), “Retornados: a palavra possível nasceu há 35 anos (I)”, *Público*, 04 de Março.

Mendes, José Manuel de Oliveira (2004), “Media, públicos e cidadania: algumas notas breves”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 147-158.

Navarro, Modesto (1975), “Apoiar os explorados vindos de Angola”. *Diário de Notícias*, 16 de Outubro, 3.

Pinto, António Costa (2000), “Da África à Europa”, in Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa: Último Império e Recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Temas e Debates, vol. 5, 414-420.

Pires, Rui Pena et al. (1987), *Os Retornados: um Estudo Sociográfico*. Lisboa: IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Pires, Rui Pena (2000), “O regresso das colónias”, in Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa: Último Império e Recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Temas e Debates, vol. 5, 182-196.

Ramos, Jorge (1975), “Política? Não!”, *Jornal O Retornado*, nº 1, 10 de Outubro, 12.

Ribeiro, General Gonçalves (2002), *A Vertigem da Descolonização: da Agonia do Êxodo à Cidadania Plena*. Lisboa: Inquérito.

Ribeiro, Margarida Calafate; Ferreira, Ana Paula (orgs.) (2003), *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*. Porto: Campo das Letras.

Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento.

Salazar, António de O. (1951), *Diário das Sessões*, nº 70, 19 de janeiro, pp. 279-314. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2> (Acessado em 23/01/2008).

Santos, José António (1975), “As autoridades portuguesas em Angola já não detêm a maior parte do poder”, *Diário de Notícias*, 21 de Outubro, 3.

Tengarrinha, José (2006), *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Minerva.

van Dijk, Teun A. (2005), *Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.